

DIREITO PENAL

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXXI Exame de Ordem da OAB;
- A peça prática-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.



Siga as nossas Redes Sociais

Estrategiaoab no YouTube
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



[instagram.com/profcristianorodrigues](https://www.instagram.com/profcristianorodrigues)
[instagram.com/prof.ivanmarques](https://www.instagram.com/prof.ivanmarques)

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Bruno, Amadeu, Murilo e Luiz foram denunciados pela prática dos crimes previstos no artigo 288 e 171, caput, ambos do Código Penal. Segundo narra a exordial acusatória, no dia 1º de março de 2018, os acusados se conheceram durante as festividades de Carnaval na cidade de São Luiz do Paraitinga/SP e decidiram praticar um crime de estelionato em detrimento de um ambulante que vendia “hambúrguer”, “hot-dog” e algumas bebidas para os foliões. Após a consumação da empreitada criminoso, os quatro agentes dividiram o lucro e cada um seguiu seu rumo.

Durante a fase inquisitorial, descobriu-se a autoria do delito por intermédio de depoimentos de várias testemunhas as quais presenciaram a trapaça criminoso.

A denúncia foi recebida pela magistrada da Vara Criminal da Comarca de São Luiz do Paraitinga em 08 de janeiro de 2020, ocasião na qual foi determinada a citação dos acusados, bem como juntada a folha de antecedentes criminais dos acusados: Bruno é reincidente em crime doloso; Amadeu, Murilo e Luiz são primários e ostentam bons antecedentes.

Por não ser o caso de absolvição sumária, a juíza designou data para audiência de instrução e julgamento. Na audiência, primeiramente foram interrogados os acusados. Bruno, Amadeu, Murilo e Luiz relataram que se conheceram naquele dia e queriam arranjar um “troquinho” para curtir o Carnaval, “quando tiveram a ideia de passar a perna no tiozinho do cachorro quente”; que depois do ocorrido, dividiram o dinheiro e só voltaram a se encontrar hoje por causa desta ação penal. Após foram ouvidas as testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa.

Após debates orais, a juíza prolatou sentença condenando os quatros acusados à pena de 2 anos de reclusão pela prática do crime de associação criminoso e a 2 anos de reclusão pela prática do crime de estelionato, em concurso material de infrações. Não aplicou atenuantes ou agravantes. O regime inicial para o cumprimento da reprimenda é o semiaberto, em razão da reincidência dos acusados. Pelo mesmo motivo não substituiu a pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos. Após a leitura da sentença pela magistrada, a acusação e a defesa assinaram o termo de intimação. A acusação não recorreu. A defesa interpôs o recurso cabível. Em 07 de fevereiro de 2020 (sexta-feira), a defesa foi intimada para apresentar a peça processual adequada ao caso.


Considerando a situação hipotética acima apresentada, redija, na qualidade de advogado constituído por Murilo, a peça processual adequada à defesa de seu cliente. Em seu texto, não crie fatos novos, explore as teses jurídicas cabíveis, endereçando o documento à autoridade competente e datando a peça no último dia do prazo.

1º Simulado Online da 2ª Fase - XXXI Exame de Ordem – 29/02/2020

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	 Estratégia OAB
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	Estratégia
47	OAB
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	

62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	Estratégia
78	OAB
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	

93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	 Estratégia OAB
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	

124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	



Estratégia
OAB

QUESTÃO 1

Matilde é atacada a tiros desferidos por arma de fogo por Sandro, que não logra acertar os dois primeiros tiros. Antes de desfechar o terceiro tiro, Matilde saca da bolsa a arma que carrega com autorização legal e vem a atingir Sandro, que veio a óbito. Instaurado o inquérito, Matilde foi denunciada pelo delito previsto no artigo 121, §2º, I, do Código Penal. Recebida a denúncia pelo Juízo da 3ª Vara Criminal do Júri de São Paulo foi determinada a citação da acusada. Designada audiência de instrução, debates e julgamento, na audiência o magistrado indeferiu a oitiva das testemunhas de defesa, uma vez que elas em nada acrescentariam na elucidação dos fatos. O Ministério Público, em alegações finais, requereu a pronúncia da acusada. Considerando os fatos narrados e com base somente nas informações do enunciado, responda de forma fundamentada:

- A) Qual a tese de direito processual poderá ser alegada em favor de Matilde? Fundamente e justifique sua resposta.
- B) Qual a tese de direito material poderá ser alegada em favor de Matilde? Fundamente e justifique sua resposta.



Estratégia
OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	Estratégia
17	OAB
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2

Carolina, reincidente em crime doloso, foi condenada à pena de 6 (seis) anos de reclusão, em sentença condenatória irrecorrível, em regime inicialmente fechado, por ter praticado o crime de roubo qualificado. Iniciada a execução penal, a condenada passou a frequentar curso de ensino fundamental e, cumprido mais de um terço da pena, o seu defensor requereu a progressão da pena para o regime aberto. O juiz da execução penal indeferiu o pedido e, diante das peculiaridades do caso, determinou, em decisão motivada, a realização de exame criminológico. Com a vinda do laudo, atestando que a condenada poderia progredir de regime, cumprida mais da metade da reprimenda penal e considerando ainda que possui comportamento satisfatório durante o cumprimento da pena e tendo aptidão para prover à própria subsistência mediante trabalho honesto, foi requerido a concessão do livramento condicional. O pedido foi indeferido, sob o fundamento de que a condenada teria praticado falta grave durante o cumprimento da pena, o que interromperia o lapso temporal necessário ao livramento condicional.

Atento(a) ao caso narrado e tendo como base apenas as informações descritas no enunciado, responda justificadamente, aos itens a seguir.

a) Correto o pedido formulado pelo defensor de Carolina para que esta possa progredir do regime fechado para o regime aberto diretamente? Por quê?

b) É cabível algum recurso contra a decisão que indeferiu o pedido de livramento condicional? Se sim, qual? Por quê? O que poderia ser alegado em sua defesa.



Estratégia
OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	Estratégia
17	OAB
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 3

Maurício, professor de matemática, durante suas férias, resolveu treinar tiros em sua chácara, localizada no interior de São Paulo. Para tanto, procurou um local afastado e deserto, próximo a uma mata. Verificando que no lugar não havia ninguém e ao ver o movimento de um vulto grande no meio da mata, Maurício pensou se tratar de um animal selvagem e dispara contra ele, e acaba, sem querer, acertando Saulo, biólogo, que estava escorado atrás da árvore, após se perder na mata. O professor de matemática foi denunciado pelo delito previsto no artigo 129, §1º, II, do CP. Recebida a denúncia, o juiz determinou a citação do acusado, a qual se efetivou em 10/08/2019. Atento ao caso narrado acima e com base somente nos dados que a questão dispõe, responda fundamentadamente:

A) Procurado por Maurício, no dia 11/08/2019, qual a medida judicial cabível ao caso, diferente do habeas corpus? Fundamente sua resposta.

B) Qual a principal tese que o advogado de Maurício poderá desenvolver na peça processual indicada no item “a”? Justifique sua resposta.



Estratégia
OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	Estratégia
17	OAB
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 4

Ivan, ao sair de uma casa noturna localizada em Batel, na cidade de Curitiba, por estar sem carro e com o dolo de apropriar-se de um veículo, pede ao manobrista carro que não é de sua propriedade, levando-o embora. Dias após, o carro é descoberto na cidade de Paranaguá, abandonado. Com base na situação hipotética apresentada, responda, fundamentadamente:

- a) Ivan cometeu algum crime?
- b) Qual o foro competente para julgar uma possível ação penal?



Estratégia
OAB

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	Estratégia
17	OAB
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	